

A MULHER NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

SOFIA LERCHE VIEIRA

Professora Assistente do Departamento de
Letras da Universidade Estadual do Ceará.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é fornecer subsídios que possibilitem verificar a condição da mulher no contexto educacional brasileiro.

Procuramos analisar a questão sob uma perspectiva crítica e ampla, a fim de evitar posições extremadas que poderiam comprometer a fidedignidade do trabalho.

A amplitude do tema impôs limitações à análise e, por esta razão, restringimo-nos ao enfoque educacional. Após localizarmos a mulher no processo histórico do país, descrevemos sua atuação no mercado de trabalho, e, mais especificamente, no ensino superior. Finalmente, elaboramos algumas reflexões sobre o tema, visando transmitir assim um retrato nítido da questão proposta.

Observamos que, apesar das inovações de padrões culturais ocorridas neste século, a sociedade ainda tende a manter e acentuar os papéis tradicionalmente aceitos como masculinos e femininos.

2. O MITO DA INFERIORIDADE FEMININA

Não é possível precisar, exatamente, quando teria começado o ciclo de dominação da mulher. A própria metáfora da criação já é um indicador sintomático de que a origem do mito perde-se na noite dos tempos: "Disse mais o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só: façamos-lhe uma ajudante semelhante a ele (...) Mandou pois o Senhor Deus um profundo sono a Adão; e quando ele estava dormindo, tirou Deus uma das suas costelas, e pôs carne em seu lugar. E da costela que tinha tirado de Adão, formou o Senhor Deus uma mulher (...)." 1

Os antigos teriam procurado, através dessa imagem, indicar a dependência da fêmea em relação ao macho. Ter atribuído a Eva a culpa do pecado e a conseqüente expulsão do Paraíso, também são claros indícios do pensamento masculino sobre o outro sexo. A superioridade de Adão em relação a Eva deveria ter contribuído para que esse não concordasse em provar da maçã...

Seria de esperar que, milênios após a criação do homem, esta situação evoluísse. Vamos verificar se a humanidade soube dar soluções a esse problema milenar, analisando especificamente as respostas brasileiras, que nos interessam mais de perto. Ao situar a mulher em nosso contexto educacional, poderemos verificar se o mito persiste.

3. A MULHER NO BRASIL COLONIAL

É com pesar que reconhecemos ser perfeitamente justificável a afirmação de que, nos quatro primeiros séculos, "a mulher é a grande ausente na História do Brasil". 2

Tal como os antigos gregos, os portugueses mantinham suas mulheres, tanto em crianças quanto em adultas, encarceradas em casa. Esse foi mais um hábito transplantado para o Brasil, desde que aqui chegaram os primeiros colonizadores.

Em Portugal, qualquer pretensão de educar a mulher, não só era vista como inovação por demais ambiciosa, como também, fator de humilhação para a própria mulher.

Apesar da luta do Pe. Manuel da Nóbrega em prol da educação feminina, não foi possível evitar mais uma das proibições da Metrópole à Colônia. Impedida desde o início do acesso à educação escolarizada, foi natural que a mulher permanecesse no plano de agente associal do processo de desenvolvimento do país.

Neste quadro de apoio e incentivo à ignorância e submissão femininas não é motivo de surpresa o sucesso e credibilidade do "Abecedário da Moral",³ publicado em Lisboa em 1585, e com enorme repercussão, tanto em Portugal quanto no Brasil. O abecedário deveria ser o lema das verdadeiras damas e ainda nesse século era difundido nas escolas, como o melhor exemplo de conduta feminina. A mulher deveria aprendê-lo de cor. Após tê-lo assimilado saberia "mais letras que todos os filósofos". E, se o ABC era o máximo que se exigia da mulher, a ela restava ser mesmo analfabeta, mas isto não fazia diferença, desde que seguisse as normas do ABC, sendo:

A — amiga da casa;	L — leal;
B — benquista da vizinhança;	M — mansa;
C — caridosa para com os pobres;	N — nobre;
D — devota da virgem;	O — onesta;
E — entendida no seu ofício;	P — prudente;
F — firme na fé;	Q — quieta;
G — guardadeira da sua fazenda;	R — regrada;
H — humilde a seu marido;	S — sisuda;
I — inimiga do mexerico;	T — trabalhadeira;
	V — virtuosa;
	X — xã (simples);
	Z — zelosa da honra."

Diante desta apologia da submissão, totalmente acatada pela sociedade da época, não é de admirar o analfabetismo, a associabilidade, a ignorância, a tristeza e a nostalgia femininas, demonstrada no depoimento dos observadores estran-

geiros que aqui passavam. Este quadro era incorporado com naturalidade por brasileiros e portugueses pois esta era a mulher aceitável e desejável em seu código de valores. Tal era a insignificância do ser mulher, que os relatos da época nem ao menos se referiam a ela.

Na estrutura hierárquica da família patriarcal, o “senhor” da fazenda a todos dominava, mantendo à distância não apenas os escravos, como também suas mulheres e filhos.

O regime de reclusão imposto à mulher é observado no depoimento de todos os viajantes que aqui estiveram até o fim do século XIX. O naturalista francês Antoine de Saint-Hilaire observa que em suas longas viagens pelo Brasil (1816-22) raramente teve a oportunidade de usufruir da presença feminina em suas visitas às famílias brasileiras: “Na província de Minas Gerais as senhoras não se costumam mostrar aos homens (...) Fizemos freqüentemente visitas a seus maridos que eram os principais personagens da cidade; mas não avistamos uma única mulher.”⁴ Em outras observações, verifica-se a constante insociabilidade feminina que muito impressiona Saint-Hilaire: “Durante todo o tempo que passei em casa do capitão Verciani a dona da casa não se mostrou. Entretanto, enquanto comíamos, via um vulto simpático feminino avançar docemente através da porta entreaberta. Logo porém, que voltava os olhos para esse lado, a senhora desaparecia. É mediante uma curiosidade desse jaez que as senhoras procuram lenitivo à escassa liberdade de que podem gozar”.⁵ O autor observa que, em algumas zonas da província de Minas Gerais, elas são um pouco mais sociáveis mas, “como isso não é uso geralmente admitido e as que aparecem diante dos hóspedes só o fazem calcando um preconceito, mostram muitas vezes certa audácia que tem qualquer coisa de desagradável. Aqui como no resto da província, as donas-de-casa e suas filhas enfiavam cautelosamente o rosto entre a parede do quarto em que me achava e a porta entreaberta, a fim de me ver escrever ou examinar plantas, e, se eu me voltava de repente, percebia vultos, que se retiravam apressadamente. Cem vezes me representavam essa comédia”.⁶

Esse depoimento feito ao fim do período colonial, mostra as condições da vida feminina, três séculos após aqui terem aportado os primeiros colonizadores. Os costumes não iriam sofrer grandes alterações no Império. Com exceção da Corte, no litoral e no planalto era praticamente idêntica a situação da mulher, como indica Max Leclerc que visitou o Brasil na ocasião da Proclamação da República, por conta do *Jornal de Débats* (1889-90).⁷ Segundo ele, a mulher era tratada com superioridade pelo homem. Os únicos afazeres eram as tarefas domésticas, nas quais contavam com as escravas, e o cuidado dos filhos. Limitando-se ao piano e às agulhas e “contentando-se com a sorte medíocre que lhe estava reservada, não procurando alargar seu horizonte nem melhorar a sua condição”. Mas como poderia alargar seus horizontes, se nem ao menos tinha consciência do seu estado de dominação? Ignorante e submissa, a ela nada restava senão assumir o seu papel de rainha do lar.

Mas nem todos eram de acordo com as sombrias perspectivas do futuro da mulher brasileira. A obra do bispo Azevedo Coutinho, por exemplo, não se restringiu à criação do Seminário de Olinda. Foi ele também o responsável pela fundação do primeiro colégio feminino, destinado às meninas de casa grande e de sobrado. Era o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, criado no Recife, sob o mesmo espírito de renovação intelectual que o bispo pretendia realizar.

Da constituição outorgada pela Coroa em 1823, resulta a lei de 15 de outubro de 1827 que determina, em seu artigo XI, a criação de escolas de primeiras letras para meninas em todas as “cidades e vilas mais populosas”. Tal iniciativa, porém, não foi realizada a contento. Em 1832, não havia mais do que vinte escolas primárias femininas em toda a Colônia.⁸

Pouco a pouco, contudo, o número de escolas aumenta. Em 1852, havia quarenta e nove escolas. Em 1873, o total crescera para cento e setenta e quatro, só na província de São Paulo. Esse aumento era motivado pela influência protestante americana que contribuiu consideravelmente para o incentivo da educação feminina. Em 1881, é criado em São Paulo o Colégio Piracicabano para meninas, sob orientação

metodista. Esta influência renovadora é também notada no campo da coeducação, por eles introduzida a partir de 1871, com o estabelecimento de classes mistas em todos os cursos do Mackenzie e de outros institutos.

As conquistas no campo da educação feminina eram amplamente dificultadas pela própria mentalidade do brasileiro. Nossa sociedade resistia a mudanças. Já havia, porém, algumas mentalidades mais esclarecidas. É o caso de Tobias Barreto, ferrenho defensor da capacidade feminina para a cultura científica. Testemunho dessas duas posições, a tradicional e a renovadora, é dado por um debate travado na sessão de 22 de março de 1879 da Assembléia Provincial de Pernambuco. Diante do pedido de duas jovens brasileiras para estudar medicina na Europa, surge a discussão entre um representante partidário da natural inferioridade da mulher, e Tobias Barreto, defensor de uma educação mais realista e útil para o sexo feminino.

Em maio do mesmo ano, Tobias Barreto apresenta um projeto de lei sobre a instrução feminina. É ele mesmo quem afirma⁹ que o projeto passara pela primeira discussão apenas por condescendência. Ao término de seu mandato, no ano seguinte, o mesmo é rejeitado e declarado “desponderado e até imoral”. Daí podemos concluir que a opinião da maioria ainda não estava muito distante do ideal feminino dos primeiros colonizadores.

O lúcido depoimento de Tobias Barreto indica que a chamada educação feminina da época está abaixo da crítica e a superior inexistente. Conta o autor, que as alunas destes colégios nem ao menos sabem conjugar o verbo saber. Se alguém pergunta: “V. Exa. far-me-á o obséquio de tocar ao piano um noturno de Chopin? Não seio”, é a resposta normalmente obtida.¹⁰

Segundo relata, a cultura feminina limita-se a um pouco de música e desenho, “gaguejar uma ou duas línguas estrangeiras, e ler as bagatelas literárias do dia, eis o total da maior cultura do sexo feminino em nossos tempos (...) Limitada como tem sido em geral, e como ainda hoje há quem pense que deve ser, não passando além da elementariedade, a ins-

trução feminina é totalmente inútil, e quase se podia dizer — perniciososa e fatal”.¹¹

Tobias Barreto atenta para o fato de que a melhoria da instrução feminina é necessidade fundamental à evolução do processo histórico, assim como não é possível encarregar a metade da humanidade de um trabalho que só por ela inteira pode ser realizado. Hoje, quase um século depois da divulgação de suas idéias, observamos que, apesar das inúmeras conquistas em prol da evolução feminina, ainda há grandes problemas a serem superados. Seu depoimento é extremamente atual pois, excetuando-se os centros mais desenvolvidos, a grande maioria ainda encara a mulher como um ser inferior.

4. EDUCAÇÃO FEMININA A PARTIR DA REPÚBLICA

Com a Proclamação da República, certo impulso é dado à educação feminina ao nível de ensino secundário. Os colégios de freiras, as escolas normais e outras instituições particulares, vinham proporcionando educação à mulher desde o final do século anterior. Em 1907, concluem o curso secundário do bacharelado em Letras, as duas primeiras jovens que a ele se aventuraram.

Podemos observar o aparecimento das primeiras referências à atuação feminina no setor educacional. Em São Paulo, assume em 1909 a direção geral do ensino público, a educadora norte-americana, Marcia Browne.

Surge em 1913, também em São Paulo, a primeira escola técnico-profissional feminina. A profissionalização, propriamente dita, porém, era quase uma exclusividade masculina. As escolas profissionais femininas destinavam-se ao ensino das “artes domésticas”, ou seja, bordado, corte-costura e arte culinária. Com esta profissionalização incipiente, não nos surpreende a continuidade do processo de participação restrita e limitada da mulher.

Foram franqueadas à mulher as portas das escolas normais, destinadas ao aprendizado do magistério primário. Logo a mulher passou a dominar o ensino primário e constituir seu próprio elemento. A educação feminina, entretanto, pro-

cessava-se ainda quase que exclusivamente nas escolas pertencentes a ordens religiosas e, em menor escala, protestantes. Nos ginásios oficiais, leigos ou particulares era ainda rara a presença feminina. Até 1930 sua representação nas escolas secundárias é bastante reduzida. O acesso ao ensino superior permanecia totalmente vetado à mulher. É necessário observar que a universidade praticamente inexistia. As instituições superiores eram poucas, dispersas e isoladas. É somente na década de 30 que algum progresso é feito nesse sentido.

A situação brasileira, contudo, não era muito diferente da europeia em fins do século anterior. Também lá era bastante reduzida a percentagem de mulheres com acesso ao ensino superior. Na França, por exemplo, dos 10 518 estudantes matriculados no ensino superior em 1891, apenas 252 eram mulheres, das quais 105 eram francesas e as demais estrangeiras. 12

A evolução do problema feminino se processa com lentidão. Se, por um lado, nos centros urbanos há um gradativo progresso, na sociedade rural ainda subsiste o feudalismo medieval. Para avaliarmos a participação feminina na vida cultural brasileira, basta lembrarmos o reduzido número de mulheres, que da década de 30 para cá, participou do cenário artístico do país. Citando apenas o exemplo da literatura e das artes plásticas, iremos deparar com uma percentagem mínima: Cecília Meireles, Henriqueta Lisboa, Rachel de Queiroz, Dinah Silveira de Queiroz, Clarice Lispector e, mais recentemente, ligia Fagundes Telles, Nélida Pinon e Adélia Prado, para citar as escritoras mais conhecidas.

Nas artes plásticas, Anita Malfatti e Tarsila do Amaral são ainda as únicas lembradas em qualquer antologia. A esta ínfima parcela, juntam-se as defensoras dos direitos femininos: Berta Lutz, Heloneida Studart, Eva Blay, Marina Colasanti, Rose Marie Muraro, Germana De Lamare, Terezinha Zerbini, Carmem da Silva e outras que lutam para "combater a alienação da mulher de todas as camadas sociais para que ela possa exercer seu papel insubstituível e até agora não assumido no processo de desenvolvimento." 13

5. A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO

Não é objetivo deste estudo avaliar toda a participação feminina no mercado de trabalho do país. Nosso tema se limita à atuação da mulher no setor educacional. Vale ressaltar, porém, a constatação estatística de que o elemento feminino constitui 34% da força de trabalho mundial — 38% nos países desenvolvidos e 32% nos países em desenvolvimento.

O censo de 1970 indica que pouco mais de seis milhões de mulheres participavam de empregos remunerados. Em 100 empregos pagos, apenas 18 eram exercidos por mulheres. À primeira vista o fato causa admiração. A participação feminina nas atividades produtivas não parece tão reduzida. É oportuno lembrar que a maioria das mulheres ainda exerce funções domésticas que, quando são pagas, são sub-remuneradas. Normalmente, esses trabalhos não são considerados produtivos.

Fatores de natureza econômica, tornam a participação feminina no mercado de trabalho bastante oscilante. A mulher só é requisitada a colaborar na produção ativa do país em duas condições: primeiro, no caso de crise que demande grande contingente de trabalhadores, tal como ocorreu, sobretudo na Europa, após as grandes guerras. O mesmo ocorre na fase inicial e mais avançada do processo de industrialização. A segunda causa da participação feminina no trabalho ativo, é o decréscimo de remuneração e, conseqüentemente, o desprestígio de determinadas profissões. Quando ocorre este processo, a profissão em questão gradativamente se feminiza. Este será um importante dado na compreensão do acesso da mulher ao ensino e à educação.

Quando o homem perde o interesse por um tipo de atividade, a mulher pouco a pouco assume o lugar deixado pela classe masculina. Não se trata, portanto, de analisar a questão por uma perspectiva biológica, mas sobretudo por uma perspectiva cultural. "O conceito de feminilidade e masculinidade varia no tempo e no espaço (...) o conceito de ho-

contestam. Deveria toda a culpa ser atribuída aos homens, como querem as feministas norte-americanas? Não, a culpa não é apenas da classe masculina, mas de todo um sistema que ainda não repensou sua realidade e talvez até resista em abandonar os velhos esquemas.

Se analisarmos a questão sob o ângulo da dialética, as perspectivas podem parecer um pouco menos sombrias. A "libertação" feminina é conquista deste século. A situação existente até o fim do século passado (tese) foi definitivamente rompida e abalada (antítese). Há uma crise de valores em toda a sociedade. Nada mais parece permanente. Neste mundo em caos, a questão feminina é mais um elemento a clamar por novas respostas. O problema, porém, não pode ser relegado a segundo plano, pois não se trata da crise de uma minoria, mas de metade da humanidade.

Neste quadro em que tudo se contesta e questiona, o aspecto positivo é que o questionamento é o meio pelo qual se conquista a consciência e a liberdade. Quem não interroga não é capaz de mudar. Quem não indaga não conhece os caminhos da libertação. É possível que deste estado de mutação surjam novas respostas (sínteses), não apenas ao problema feminino, como também a toda uma realidade que gerou uma atmosfera em que, dia a dia, o homem parece se afastar mais do significado de sua essência.

A mera participação no mercado de trabalho, não dá condições à mulher de ser livre. O trabalho só é válido enquanto é meio para atingir um fim: é através dele que o ser humano tem condições de praticar o seu exercício de liberdade.

6. A MULHER E O ENSINO

Nos setores onde há grande participação feminina, certamente o educacional é o de maior prestígio e destaque. O censo de 1970 indica que entre cem mulheres que exercem funções remuneradas, 27 são empregadas domésticas, 19 tra-

balhadoras rurais e 9 são professoras primárias. A percentagem de 9% é representativa.

Já enunciemos as causas que feminizam uma determinada área de atuação profissional: a baixa remuneração e o conseqüente desprestígio.

A educação fundamental passou a ser considerada uma função tipicamente feminina, no Brasil. Aqui, como no resto do mundo, a profissão de professor era privilégio masculino. Por ser trabalho prestigiado e bem remunerado(?), a mulher não era considerada apta a exercê-lo. Entre outras causas, o aparecimento de outras ocupações teria ocasionado o desinteresse masculino pelo magistério de 1.º grau e sua resultante feminização.

À medida em que vão se formando os diversos níveis educacionais, diminui a presença feminina. A "pirâmide de prestígio" 19 educacional vai sendo elaborada. Na proporção em que aumenta a exigência de escolaridade do profissional e que a função é melhor remunerada diminui a participação feminina. Enquanto as mulheres representam 95% do corpo docente do curso primário, no 1.º ciclo secundário representam 60%, no 2.º ciclo representam 50% e no nível superior esta percentagem cai para 23%. 20 É de se esperar uma percentagem ainda mais reduzida nos cursos de pós-graduação.

Ao considerar a presença feminina no ensino, é conveniente atentar para a manutenção de papéis que definem suas atividades. A mulher que exerce uma profissão não conseguiu ainda libertar-se dos rótulos e estereótipos que sempre lhe foram atribuídos. Entre estes, a própria opinião que fazem de si mesmas, de suas possibilidades e sua posição na sociedade. Apesar de sua conquista e realizações, a mulher ainda se sente inferior ao homem e aceita que ao homem compete trabalhar, dirigir, decidir e realizar e a ela, aceitar, ajudar, sustentar e apoiar. 21

Em estudo dos fatores que limitam a participação institucional da mulher, Zellman destaca: a) as responsabilidades familiares; b) a segregação entre sexos no mercado de trabalho; c) a pequena oportunidade de treinamento que propiciem a capacitação de alto nível e a especialização; d)

"a cultura feminina e e) as experiências de vida que são diferentes conforme os sexos".²² Tais fatores, contribuem para compreendermos a dificuldade encontrada pela mulher na participação da vida universitária.

6.1 A Mulher no Ensino Superior:

a) A Representação Discente

Diante da notável expansão do ensino superior nos últimos anos, algumas pesquisas foram elaboradas com o intuito de verificar a participação da mulher nos cursos universitários, bem como as suas escolhas profissionais.

Os resultados indicaram que a representação feminina aumentou em taxas superiores à expansão geral desse ensino. Uma análise mais aprofundada revela que esta conquista é apenas parcial. Há uma tendência por parte do setor feminino em acesso à universidade a manter seu padrão de escolha nas carreiras tradicionalmente tidas como femininas. As pesquisas demonstram que, apesar do crescente afluxo feminino à universidade, tudo leva a crer que a estereotipia de profissões "masculinas" e "femininas" não venha a sofrer profundas alterações a curto prazo.²³ Vários fatores contribuem para a manutenção desses padrões de escolha vocacional, entre eles a própria estrutura da sociedade a contribuir para a perpetuação dos papéis atribuídos a ambos os sexos. A mulher "escolhe" as carreiras de menor prestígio e remuneração porque não aprendeu a ter aspirações mais ambiciosas. É a estrutura da sociedade competitiva que cerceia o crescimento feminino. Por outro lado, haveria um certo censo de realidade na opção profissional feminina pois, uma gama de obstáculos cristalizados e consagrados pelo mercado de trabalho, impede a mulher de empreender vãos mais altos. Vejamos o caso concreto de uma geóloga: a Petrobrás é o campo de trabalho que mais absorve o profissional de Geologia. Os seus estatutos, entretanto, proibem a contratação de profissionais do sexo feminino. Após vencer as dificuldades decorrentes de ter optado por um curso caracteris-

ticamente masculino, caberia à geóloga a triste constatação de que não há mercado de trabalho para as componentes do "segundo sexo". Portanto, em certos casos, parece mais coerente "optar" por uma profissão feminina, onde pelo menos a luta por um lugar no mercado de trabalho será menos discriminatória e preconceituosa.

A mulher continua a ter menores chances de sucesso que o homem quando concorre a uma vaga na faculdade. Seu desempenho nos exames vestibulares é inferior ao masculino, muito embora, tanto no ensino médio, quanto no superior, haja uma tendência ao sexo feminino obter melhores notas, freqüentar o curso com maior regularidade e o índice de evasão e repetência ser menor que o da clientela masculina.²⁴ Neste caso, poderia surgir a interpretação de que, por ser intelectualmente inferior, a mulher tenderia a compensar suas dificuldades através de maior esforço que o homem. As tentativas de justificar o desempenho a partir de explicações genéticas ou biológicas foram insucedidas.²⁵

Investigações sugerem que fatores ambientais determinantes de diferentes oportunidades e experiências seriam os responsáveis pelo desenvolvimento do potencial masculino e feminino. Tudo leva a crer que as condições da socialização feminina levam a mulher a evitar o sucesso.²⁶ Daí ser natural o conflito feminino entre ser competente e ser amada. Exemplo concreto do problema é a ambivalência da mulher entre ser boa profissional e boa esposa e mãe.

Embora as causas de natureza econômica sejam fatores importantes na determinação de quem tem acesso à universidade, todos esses elementos conduzem à conclusão que a questão transcende esta esfera. Quase metade da população universitária tem suas oportunidades limitadas a carreiras que, de antemão, lhe são definidas como apropriadas.²⁷

A democratização do ensino superior certamente exigiria não apenas maior representação das diversas camadas sociais, como também as mesmas oportunidades de desenvolvimento e de responsabilidades para ambos os sexos.

b) A Representação Docente

Na estrutura universitária, a participação da mulher no corpo docente vem também acentuar a tendência à preservação dos papéis a ela tribuídos tradicionalmente na organização social.

A representação feminina no corpo docente da universidade é variável. Não ultrapassa, porém, 23% no cômputo geral. Na Universidade Federal do Ceará (UFC), esta percentagem é de 16,8%. 71,8% dos docentes se distribuem nas áreas de Ciências e Tecnologia, enquanto que 28,2% localizam-se na área de Humanidades. A manutenção de papéis é nitidamente observada nas percentagens indicadoras das áreas em que a participação feminina é maior. Considerando-se como 100% o número de docentes em cada área, verifica-se que enquanto na área de humanidades (Letras, Educação, Economia, Direito e Ciências Sociais) a representação feminina é de 22,3%, na área científico-tecnológica (Ciências Básicas, Ciências de Saúde, Ciências Agrárias, Engenharia e Arquitetura) esta percentagem decresce para 14,7%, indicando que as mulheres continuam a optar pelas profissões socialmente aceitas como femininas. Da representação feminina na área de humanidades, 88,8% encontram-se nos departamentos de Educação, Letras, Biblioteconomia, Comunicação Social e Sociologia, enquanto os 11,2% restantes estão nos departamentos de Direito e Economia. 28

A liderança política, científica e administrativa da universidade é praticamente exclusividade masculina. Este elemento também acentua a tendência à preservação dos papéis tradicionalmente aceitos como masculinos e femininos. Ao homem cabe dirigir e decidir, à mulher apoiar e obedecer. Os homens estão dispostos a aceitar a colaboração feminina, desde que as mulheres estejam dispostas a manter sua "femilidade", o que significa subordinação e desenvolvimento de atividades por eles decididas e impostas. 29

A estrutura hierárquica da universidade parece favorecer o acesso masculino às categorias docentes superiores. 30 Há maior quantidade de mulheres exercendo funções de Au-

xiliares de Ensino, enquanto que, comparadas ao grupo masculino, observa-se uma nítida desvantagem na categoria de Adjunto e principalmente na de Titular. Esta condição pode, em parte, ser determinada pelo fato de que o acesso feminino ao corpo docente superior é recente. Neste ponto, a constatação de que o corpo docente masculino tende a ser mais velho que o feminino 31 pode significar que a situação futuramente se modifique.

Através desses dados, é possível concluir que a presença masculina é predominante, tanto no corpo docente, quanto no discente, sendo que a diferença é mais acentuada entre os professores. Determinadas áreas são apresentadas como eminentemente femininas, é o caso de Enfermagem e Educação, cujos corpos docente e discente são basicamente compostos por mulheres. Nas áreas de ciências exatas e tecnologia, sobretudo Engenharia, são encontrados os maiores contingentes de concentração masculina na universidade. 32

Finalmente, seria oportuno refletir se o acesso da mulher ao ensino superior indicaria uma "feminização" da universidade. Nestas circunstâncias, seria possível inferir que a universidade está se submetendo a um processo de desprestígio? Em caso positivo, seria a participação feminina causa ou conseqüência da desvalorização da universidade? Poderia, por outro lado, esta participação refletir alterações mais profundas que estão a ocorrer na estrutura do ensino, da universidade e da sociedade? Estas são indagações passíveis de um estudo mais detalhado que certamente forneceria dados importantes na compreensão do problema educacional brasileiro. Este estudo, porém, limitou-se à descrição de alguns elementos que possam servir como subsídios a análises posteriores sobre o tema.

7. REFLEXÕES SOBRE O PROBLEMA FEMININO

Após o levantamento desses dados sobre a condição feminina no contexto educacional brasileiro, é possível refletir com maior racionalidade sobre os fatores que determinaram

o seu papel na sociedade e as perspectivas que se abrem para a solução do problema.

Vimos que nos quatro primeiros séculos de nossa história a atuação da mulher foi praticamente restrita aos limites do lar. Na condição de ser submisso e ignorante, a ela, quando muito, restava contentar-se com os frutos de uma educação doméstica e domesticadora.

O século XX provocou inúmeras alterações na questão feminina. A urbanização e a industrialização modificaram a estrutura familiar e social. A família extensa é gradativamente substituída pela família conjugal. A sociedade industrial iguala, em termos de rendimento econômico, a força de trabalho feminina e masculina. As mulheres obtêm grande parte de suas reivindicações, mas nem sempre igualdades de fato acompanham igualdades formais e legais. A inserção feminina no mercado de trabalho, bem como a sua libertação sexual, podem envolver a mulher em outro tipo de opressão: a transformação de seu trabalho em mão-de-obra barata e sub-remunerada e sua exploração como objeto de consumo.

Como indica Paulo Freire³³ a sociedade passa por estágios, até atingir as condições que proporcionem ao ser humano a possibilidade de libertação. Entre a passagem de uma "sociedade fechada" a uma "sociedade aberta", há um período de transição. De um estado de "imersão", o homem passa a um estado de "emersão", a partir do qual é capaz de ascender a esferas mais amplas e compreender, criticar e atuar no contexto em que está inserido. À "sociedade fechada" corresponde a "intransitividade de consciência", a "sociedade em transição", a "transitividade ingênua" e à "sociedade aberta", a "transitividade crítica". Somente através da "transitividade crítica" será possível a existência de uma educação libertadora que dê ao homem condições de ser sujeito de sua própria história.

Só haverá condições de uma educação para a libertação, quando o brasileiro, de ambos os sexos, for capaz de atingir a "consciência transitivo-crítica". Enquanto subsistirem traços de uma "sociedade fechada", estaremos educando o homem para a alienação e domesticação.

Poderíamos dizer que a sociedade brasileira atravessa a fase de transição. É de extrema importância atentarmos para o fato de que, nesse estágio, caracterizado pela consciência ingênua, da simplicidade de interpretação e incapacidade de compreender problemas alheios à sua esfera biologicamente vital, o homem possa encaminhar-se para a consciência fanática, onde prepondera a irracionalidade e ele é conduzido por opções que julga serem suas, que o levam à massificação.

A perspectiva de Paulo Freire fornece elementos para compreender o problema da mulher, dentro de uma esfera mais ampla. Tal como a própria estrutura da sociedade, as pessoas também atravessam várias fases, e a mulher não está isenta de submeter-se a esse processo de desenvolvimento. Se nossa sociedade como um todo atravessa uma fase de transição, o mesmo ocorre com o sexo feminino. Este processo, porém, por enquanto limita-se aos centros urbanos. No meio rural, prevalecem as características da "sociedade fechada". Lá ainda não repercutiram os ecos dos movimentos de libertação feminina. Homens e mulheres permanecem "imersos" na "intransitividade de consciência".

Qualquer possibilidade de mudanças positivas, deverá ser encarada sob o prisma de uma educação verdadeiramente libertadora. Somente através da consciência do estado em que vivem e das perspectivas de libertação, o homem e a mulher poderão concorrer para as inovações que supomos sejam possíveis através da educação.

Se a mulher conscientizar-se dos condicionamentos negativos que a marginalizaram, poderão ocorrer mudanças de conseqüências mais radicais do que qualquer outra evolução, pois serão os interesses de metade da humanidade que estarão em jogo.

8. CONCLUSÃO

Vimos alguns elementos que nos permitem avaliar a participação da mulher na vida brasileira. Observamos que neste século começaram a ocorrer mudanças na condição feminina,

que possibilitam a abertura de novas perspectivas para a humanidade. Por outro lado, verificamos que os papéis tradicionais ainda se conservam na família e na sociedade. A libertação da rigidez desses padrões consagrados, permitirá possibilidades mais humananas, saudáveis e equilibradas para ambos os sexos.

Embora a Constituição brasileira afirme que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas” (. . .) (§ 1.º do art. 153), sabemos que nem sempre a um preceito legal corresponde sua aplicação na prática. A mulher ainda permanece sujeita a discriminações.

Há, porém, por parte dos organismos mundiais e nacionais, uma aspiração à efetiva participação feminina no processo de desenvolvimento. Em 1975, a ONU promoveu o Ano Internacional da Mulher. No Brasil, há um despertar de consciência. Em 1977, o Congresso Nacional promoveu a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a mulher. Foram realizadas 20 reuniões, onde 34 depoimentos foram registrados. Observou-se seriamente o quanto a mulher brasileira tinha a reivindicar. Este foi talvez o primeiro passo no sentido de promover uma abertura, que acreditamos poder existir.

O documento final, resumido em 134 páginas pela única representante feminina no Congresso — a deputada Lígia Lessa Bastos (Arena — RJ), entre outras proposições, sugere a criação de uma assessoria, a nível de ministério ou secretaria especial, para tratar de assuntos ligados à mulher e ao menor; a adoção de medidas que tornem a participação efetiva da mulher no mercado de trabalho menos discriminatória e isenta de tratamentos paternalistas.

Para que fossem dadas condições de trabalho mais justas à mulher, seria interessante que os órgãos governamentais competentes verificassem a possibilidade de cumprir o disposto no art. 61, da Lei 5 692, sobre a manutenção de creches, escolas maternas e jardins de infância: “Os sistemas de ensino estimularão as empresas que tenham em seu serviço mães de menores de sete anos e organizar e manter, direta-

mente ou em cooperação, inclusive com o Poder Público, educação que preceda o ensino de 1.º grau.”

Finalmente, poderíamos lembrar a necessidade de encontro global entre o homem e a mulher. A persistência da possibilidade de encontro apenas no plano sexual é obstáculo ao desenvolvimento de novas formas de colaboração, que tornem ambos aptos a construir o futuro que a vida autenticamente humana lhes destina.

Do encontro surgirá o “diálogo”³⁴ que se caracterizará por uma relação horizontal, em que o homem se comunicará com a mulher e nunca sobre e para ela. No segundo caso, o que ocorre é o antidiálogo, uma relação vertical, em que predomina a existência de comunicados. Através do diálogo, estabelecer-se-á uma relação de “simpatia”, em busca de algo, entre os pólos. Homem e mulher encontrarão juntos as raízes da existência dialogal.

Para concluir, diríamos que “a mulher maior ainda está em gestação.”³⁵ O acesso ao trabalho não solucionou todos seus problemas, mas certamente foi um primeiro passo no caminho de sua libertação. Cremos que ela saberá encontrar por si mesma as próximas etapas que deverá percorrer em seu crescimento, uma vez que, com sua participação ativa na construção do mundo, aumentou sua capacidade de ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BÍBLIA. V. T. Gênesis, cap. 2 v.v. 18-22.
2. RODRIGUES, Leda Maria Pereira. *A Instrução feminina em São Paulo*. São Paulo, Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, 1962. Apud: TOBIAS, José Antônio. *História da educação brasileira*. São Paulo, Juriscredi, sod. p. 95.
3. TRONCOSO, Gonçalo Fernandes. *Contos e história de proveito e exemplo*. Lisboa, 1585. Apud: TOBIAS. Op. cit., p. 93-94.
4. St. HILAIRE, Antoine de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo, 1938. Apud: AZEVEDO, Fernando de. *Cultura brasileira*. São Paulo, Melhoramentos, 1958, p. 21.
5. ———. Apud: AZEVEDO. Op. cit., p. 21.
6. ———. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás*. Apud: AZEVEDO, op. cit., p. 21.
7. LECLERC, Max. *Letters du Brésil*. Paris, 1890. Apud: AZEVEDO, p. 81.
8. AZEVEDO, Fernando de. *Cultura brasileira*. São Paulo, Melhoramentos, 1958, p. 72.

9. BARRETO, Tobias. "A alma da mulher". In: — *A Questão do poder moderador e outros ensaios brasileiros*. Petrópolis, Vozes, 1977, p. 311-327.
10. Ídem.
11. Id. *Ibid.*
12. AZEVEDO. Op. cit., p. 147-148.
13. AS CARIOCAS. *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 10 set. 1977.
14. MURARO, Rose Marie. *A Mulher na construção do mundo futuro*. Petrópolis, Vozes, s.d., p. 108.
15. DIFERENTES mas não inferiores. *Veja*, Rio de Janeiro, 475: 85, out. 1977.
16. BLAY, Eva Alterman. "Os Trabalhos da mulher". *Veja*, Rio de Janeiro, 472:6, set. 1977.
17. BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo*. São Paulo, Difel, 1975. v. 2. p. 9.
18. BLAY. Op. cit. p. 6.
19. MARQUES, Juracy C. & MARDINI, Helena. "A Mulher na carreira universitária, categorias docentes e áreas profissionais". *Ciência e Cultura*. São Paulo, 29 (9): 977-984, 1977.
20. BARROSO, Carmem Lúcia de Melo. *A Participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro*. In: MARQUES & MARDINI, idem.
21. SAUNDERS, F. E. *Les Roles respectifs des deux sexes dans le cadre de l'école*. In: MARQUES & MARDINI. Idem.
22. ZELLMAN, G. L. *The Role of structural factors in limiting women's institutional participation*. In: MARQUES & MARDINI. Op. cit.
23. BARROSO, Carmem Lúcia de Melo & MELLO, Guiomar Namó de. *O Acesso da mulher ao ensino superior brasileiro*.
24. Ídem, p. 74.
25. WEISSTEIN, Naomi. *Psychology constructs the female*, 1971. In: BARROSO & MELLO. Op. cit., p. 74.
26. BARROSO & MELLO. Op. cit., p. 75.
27. *Ibid.*, p. 73.
28. GUERRA, Magnólia & LIMA, Maria da Guia Silva. *A Força de trabalho da mulher na Universidade do Ceará*. Vozes, 2 (3): 144-146.
29. Ídem.
30. MARQUES & MARDINI. Op. cit., p. 978.
31. Ídem.
32. *Ibid.*, p. 948.
33. FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
34. *Ibid.*, p. 107-108.
35. MURARO. Op. cit., p. 140.

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

1. BELOTTI, Elena Gianini. *O Desenvolvimento da mulher*. Petrópolis, Vozes, 1975.
2. CADERNOS de Pesquisa. 15 (12): 3-46, 78-154, 1975.
3. DEVAUX, André A. *Teilhard e a vocação da mulher*. Petrópolis, Vozes, 1967. (Cadernos Teilhard).
4. DUMAS, Francine. *A Dialética homem-mulher no mundo atual*. Petrópolis, Vozes, 1968.

5. FREIRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1977.
6. LAFER, Betty Mindlin. Em busca do feminino. *Cadernos de opinião*. 1: 57-62, 1975.
7. LIMA, Lauro de Oliveira. *O Impasse na educação*. Petrópolis, Vozes, 1969., p. 69-71; 193-195.
8. MADEIRA, Felícia & SINGER, Paul. *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970*. CEBRAP. São Paulo, Brasiliense, 1975 (Caderno, 13).
9. REVISTA DE CULTURA VOZES. 9 (11): 677-718, 1968.
10. REVISTA DE CULTURA VOZES. 9 (11): 636-639, 1969.
11. REVISTA DE CULTURA VOZES. 7 (9): 517-528, 1969.
12. STEIN, Suzana Albornoz. *Por uma educação libertadora*. Petrópolis, Vozes, 1976.
13. STUDART, Heloneida. *Mulher objeto de cama e mesa*. Petrópolis, Vozes, 1975.

